

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADE
CURSO DE GEOGRAFIA**

SOAGNA CESÁRIO DE OLIVEIRA DOS SANTOS

JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA BRASILEIRA

Goiânia, 2024

Soagna Cesário De Oliveira dos Santos

JOSUÉ DE CASTRO E A GEOGRAFIA BRASILEIRA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura em Geografia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção do título Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Beatriz Aparecida Zanatta

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dra Beatriz Aparecida Zanatta

Prof.^a Dra Maria Ester de Souza

Prof.^o Dr. Roberto Malheiros

RESUMO

Esta monografia apresenta uma revisão de literatura sobre Josué de Castro e a Geografia. Utilizou-se como referência estudos armazenados na plataforma digital do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o objetivo de apreender como o pensamento de Josué de Castro tem sido abordado nas pesquisas da Geografia brasileira que o tomam como objeto de estudo. A revisão de literatura abrangeu o período de 2013 a 2023 e, de acordo com os critérios utilizados, foram selecionados sete artigos. O trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro delinea aspectos do contexto histórico em que Josué de Castro produziu sua obra. O segundo apresenta os resultados da revisão de literatura sobre pensamento de Josué de Castro e problema da fome no Brasil.

Palavras chaves: Pensamento Geográfico, Geografia, Josué de Castro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	8
TRAJETÓRIA DE VIDA DO CIENTISTA E POLÍTICO JOSUÉ DE CASTRO	8
CAPÍTULO II.....	18
AS PESQUISAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO PARA A GEOGRAFIA BRASILEIRA	18
1 METODOLOGIA DA PESQUISA	18
2 APRESENTAÇÃO DAS PESQUISAS.....	20
2.1 HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO SOCIAL BRASILEIRO	20
2.2 FOME E NUTRIÇÃO	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A fome no Brasil é um problema histórico que intensifica, de forma assustadora, a partir da maximização do desenvolvimento desigual e excludente característico do processo de acumulação capitalista. Portanto, uma forma de privação extrema de uma classe social que produz uma geografia das desigualdades e seletividades socioespaciais, cuja compreensão requer, segundo Santos (2020), o entendimento da formação social e territorial brasileira para melhor compreensão dos processos recentes que constituem o mundo contemporâneo, sobretudo a globalização. Como afirma o autor a generalização atual da pobreza é de caráter.

[...] estrutural e não mais local, nem mesmo nacional; torna-se globalizada, presente em toda parte do mundo. Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países já pobres. Mas é também uma produção científica, [...] voluntária da dívida social, para a qual, na maior parte do planeta, não se buscam remédios (SANTOS, 2000, p.69).

O interesse pelo tema surgiu a partir da discussão sobre a fome no Brasil das disciplinas do curso quando a professora comentou, ainda que de forma breve, que Josué de Castro foi um geógrafo, internacionalmente reconhecido, que pôs o tema da fome em evidência no século XX.

Em minha busca de pesquisas e estudos sobre autor, constatei que, até a década de 1940, a fome era tratada como algo natural, fruto da ignorância da população mais pobre e resultado de problemas alheios à ação humana. Assim como, que no campo da Geografia o pioneiro nos estudos da fome no país foi Josué de Castro, com a publicação *A Geografia da Fome* em 1946. Nessa obra, explicitou que o Brasil era um país de famélico e inovou ao aprofundar a análise das causas sociais e econômicas da fome, até então retratada como algo episódico em jornais e romances do começo do século XX. Assim, ao conceber a fome como “à maior calamidade social, um resultado de processos políticos, econômicos e históricos, denunciou o tabu da fome na civilização ocidental como um tema proibido pouco discutido na política e no campo científico da época, visto contrastar com os interesses dos grupos hegemônicos. Desse modo, ao colocar em questão as causas ocultas da conspiração do silêncio em torno da fome afirmou:

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura que Interesses e preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente (Castro, 2012, p. 12)

E em tom de denúncia, argumentou:

[...] foram necessárias duas terríveis guerras mundiais e uma tremenda revolução social – a revolução russa nas quais pereceram dezessete milhões de criaturas dos quais doze milhões de fome, para que a civilização ocidental acordasse do seu cômodo sonho e se apercesse de que a fome é uma realidade demasiado gritante e extensa, para ser tapada com uma peneira aos olhos do mundo (Castro, 2012, p. 13)

Entretanto, apesar de Castro ter lançado o primeiro manifesto-propositivo para construção de uma política social de alimentação no país e defendido que a saída para a problemática da fome seria a refundação da estrutura socioeconômica, visando uma economia humanizada, a partir de uma política econômica de cooperação, na década de 1990, o geógrafo Manuel Correia de Andrade afirmou que se os conselhos do pesquisador pernambucano tivessem sido acolhidos, o Brasil teria vencido a fome. Contudo, Carvalho (2003) registra que nos anos 1990 foram produzidos alguns trabalhos (Dias (1989); Souza (1993); Andrade, (1996); Anselmo & Bray (1998); Sampaio (1999), que despertam a necessidade de revisitar Josué e retomar a sua análise. Para ilustrar Souza (1993, apud Carvalho 20003, p. 6),) ao fazer uma releitura contemporânea de Geografia da Fome e se impressiona- com o geógrafo escreve:

[...] é difícil superar a genialidade de Josué de Castro. E muito menos as suas angústias. [...] tentar estudar a fome (...) e poder com partilhar das angústias de Josué de Castro, é percorrer os caminhos da compreensão do que seja a globalização e seus efeitos perversos: o mercado e a banalização da comida, a escassez, a abundância. É ver o mundo num evoluir desigual e combinado. É ter de admitir, tristemente, que dadas às profundas características culturais que impregnam o processo de globalização nesta caminhada, nós os cientistas sociais e intelectuais dos países pobres estaremos sós. Pois esta é a característica do nosso lugar. (SOUZA, 1993 apud Carvalho, 2003 p. 62)

No entanto, a questão complexa e paradoxal problemática da fome permanece como uma temática recorrente nas pautas da agenda política brasileira do segundo milênio.

Dados do relatório o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI), publicado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), obtidos no site Secretaria de comunicação social (SECON, 2023) mostram que no período de 2014-2015, apesar do Brasil ter saído do Mapa da Fome, a partir de 2016 os indicadores de fome e insegurança alimentar só pioraram no Brasil, interrompendo a trajetória de superação da fome, reveladas pelo IBGE nas PNADs de 2004, 2009 e 2013. O que demonstra que o agravamento desse problema social, sugere que as raízes do livro Geografia da fome, lançado há exatos 78 anos, estão vivas, em função da descontinuidade das políticas de combate à desigualdade social.

Nesse sentido, considerando que uma das formas de que podemos lançar mão para melhor compreender os problemas da fome é estudar o pensamento e a ação de homens públicos, de cientistas e de políticos que tiveram influência na vida nacional e grande projeção internacional, buscou-se nesta pesquisa por elementos que auxiliassem a responder as seguintes questões: De que forma o pensamento de Josué de Castro tem sido abordado nas pesquisas da Geografia brasileira que o tomam como objeto de estudo? Quem foi Josué de Castro? Qual a

relação entre as contribuições do pensamento de Josué de Castro e o problema da fome no Brasil?

O objetivo geral é compreender como o pensamento de Josué de Castro tem sido abordado nas pesquisas da Geografia brasileira que o tomam como objeto de estudo? E os Os específicos, delinear a trajetória de Josué de Castro na Geografia Brasileira e apreender, a partir da produção analisada as contribuições do pensamento Josué de Castro sobre o problema da fome no Brasil.

O texto está estruturado em introdução, dois capítulos e a conclusão. O primeiro capítulo relata a trajetória de Castro na Geografia Brasileira. O segundo apresenta os resultados da revisão de literatura sobre pensamento de Josué de Castro sobre problema da fome no Brasil.

Finaliza-se esta monografia com considerações sobre os achados mais relevantes sobre contribuições do pensamento de Josué de Castro que tem engendrado novos debates e discussões acerca do conhecimento científico, em particular no campo da Geografia.

CAPÍTULO I

TRAJETÓRIA DE VIDA DO CIENTISTA E POLÍTICO JOSUÉ DE CASTRO

Não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia que travei conhecimento com o fenômeno da fome. A fome se revelou espontaneamente aos meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis do Recife – Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta foi a minha Sorbonne” (ANDRADE, et al 2003, p.3)

O subdesenvolvimento não é, como muitos pensam equivocadamente, insuficiência ou ausência de desenvolvimento. O subdesenvolvimento é um produto ou um subproduto do desenvolvimento, uma derivação inevitável da exploração econômica colonial ou neocolonial, que continua se exercendo sobre diversas regiões do planeta” (ANDRADE, et al 2003, p.3).

Estes trechos de obras de Josué de Castro, autor de clássicos como Geografia da fome e Geopolítica da fome, citados no livro Josué de Castro e o Brasil organizado por Andrade et al (2003), retratam a atualidade e a importância das ideias Josué de Castro discutidas por especialistas de diversas áreas do conhecimento. Além deste livro, o geógrafo e historiador pernambucano Manoel Correia de Andrade elaborou outros estudos sobre pensamento de Josué de Castro, dentre os quais destaca-se o trabalho biográfico Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo (1997), o qual foi tomado como referência para elaboração deste capítulo.

Josué Apolônio de Castro, mais conhecido como Josué de Castro, foi um médico, nutrólogo, professor, geógrafo, cientista social, político, escritor e ativista brasileiro do combate à fome. Destacou-se no cenário brasileiro e internacional, entre 1930 a 1974, não só pelos seus trabalhos ecológicos sobre o problema da fome no mundo, mas também no plano político em vários organismos internacionais.

Filho de um agricultor do Sertão Nordeste que, em 1877, que em função da seca, migrou para a capital, Josué de Castro nasceu em 5 de setembro de 1908, em Recife, Pernambuco, Brasil, onde viveu sua infância e adolescência em um bairro pobre às margens do rio Capibaribe.

Segundo Andrade (1997, p. 171) Recife era na época [...] uma cidade provinciana, com população de aproximadamente 200 mil habitantes, que aliava ao fator de ser um centro administrativo – capital do estado – o de centro comercial de expressão em vista do seu porto, que atendia a grande parte da região nordestina.

Complementando, o autor esclarece que como capital de um estado produtor de açúcar a política era controlada por ricos proprietários de terra que começavam a entrar em decadência. Além da indústria açucareira, havia também expressiva indústria têxtil. (Andrade, 1989).

Josué de Castro, como filho de agricultor de classe média, estudou em colégios como o Instituto Carneiro Leão e no Ginásio Pernambucano, o segundo mais antigo colégio secundário oficial do país por onde passaram escritores e políticos famosos.

Iniciou o Curso de Medicina na Bahia e concluiu em 1929 na Universidade do Brasil (UB). Após concluir o Curso de Medicina da Universidade do Brasil, retornou ao Recife para iniciar suas atividades profissionais, como médico e como professor na Faculdade de Medicina.

Em 1932 defendeu em concurso para Livre-Docente a tese O problema fisiológico na alimentação. Em seguida, publicou na Revista de Medicina de Pernambuco o artigo intitulado O metabolismo basal e o clima, que teve grande repercussão acadêmica.

Nesse período, vivencia-se a revolução liberal de 1930 que depôs o governador do estado de Pernambuco, Estácio Coimbra, um dos grandes usineiros e político da Velha República.

Josué de Castro não participou de forma direta do movimento revolucionário. Estava envolvido com a pesquisa sobre as condições de vida do operariado pernambucano, desenvolvida pelo Departamento de Saúde Pública do Estado, que deu origem a um ensaio sobre as condições de vida das classes operárias no Recife (estudo econômico de sua alimentação), que foi publicado em 1935. Segundo Andrade (1977, p.173), neste estudo Josué de Castro concluiu que

[...] o trabalhador habitava mal e se alimentava pior ainda, quer do ponto de vista quantitativo quer do qualitativo. Saliu que a maioria dos trabalhadores vivia com fome e morria de fome, dado o salário por eles recebido ser insuficiente para selecionar os alimentos de acordo com as calorias que forneciam e na quantidade que necessitavam. A alimentação básica era feita com feijão, farinha e charque, utilizando muito pouco o leite e o pão, não havendo consumo de frutas e verduras. Geralmente o operário pensava que comia para enganar a fome, mas a fome não se deixava enganar e as suas energias iam diminuindo, enfraquecendo-o, acabando com a sua capacidade de trabalho e aumentando a taxa de mortalidade. (ANDRADE, 1997, p.173).

Como resultado desta pesquisa, Josué de Castro elaborou a tese segundo a qual a fome não é apenas um fenômeno biológico, mas sobretudo econômico e social. Não era o homem que comia mal, mas o sistema econômico que, para privilegiar os controladores dos meios de produção, pagava à classe operária salários insuficientes ao atendimento do mínimo de suas necessidades. (Andrade, 1997)

Em 1936 publicou o ensaio, no livro *Alimentação e raça*, no qual ao incluir um apêndice a respeito de inquérito sobre as condições do trabalho agrícola no Brasil, ampliou suas preocupações, passando do Recife para o Brasil.

Nos cinco anos que passou no Recife o prestígio nacional adquirido por Josué de Castro o levou a transferir-se para o Rio de Janeiro, até então capital e centro cultural do país, onde assumiu na Universidade do Distrito Federal, organizada por Anísio Teixeira, a Cátedra de Antropologia.

Nesse período, preocupado com a solução dos problemas sociais, ele se aproximou dos grupos de esquerda. No entanto, apesar de simpatizante da Aliança Nacional Libertadora e de ter artigos publicados em jornais a ela ligados, Josué de Castro não se filiou a esta corrente política e não foi vítima de perseguições políticas no decurso do Estado Novo. Durante esse regime ele serviu ao Governo na área de sua especialização, conviveu com o poder, como numerosos outros intelectuais brasileiros de então.

Nesse contexto, Getúlio Vargas ao assumir o poder dissolveu a Universidade do Distrito Federal e criou a Universidade do Brasil em 1937, hoje denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nesta instituição Josué de Castro ocupou interinamente a Cátedra de Geografia Humana, e se efetivou por concurso em 1957, defendendo a tese sobre Fatores de localização da cidade do Recife. Segundo Andrade (1997) ao elaborar esta tese Castro se distanciou do tema da fome e ao eleger como tema sua cidade natal desenvolveu formalmente seus conhecimentos geográficos com foco no fator locacional.

No período de 1933 a 1939, Josué de Castro publicou vários livros, por editoras de prestígio nacional e internacional, como: *O problema da alimentação no Brasil* (1933), *Salário mínimo* (1935), *Alimentação e raça* (1936), *Documentário sobre o Nordeste e Alimentação brasileira à luz da geografia humana* (1937), *Science et technique* (1938) *Festa das letras*, em colaboração com Cecília Meireles (1939), ano em que viajou para a Itália como professor visitante das universidades de Roma e de Nápoles, a fim de fazer conferências sobre os problemas de alimentação nos trópicos, e consolidar o seu prestígio como cientista, especialista em nutrição, no plano internacional.

Impressionado com o problema da fome no Brasil e no mundo, Josué de Castro se dedicou aos estudos de Geografia, a fim de localizar as áreas de fome endêmicas no mundo e as implicações provocadas pelas condições naturais e pela organização social. Ele também se dedicou aos estudos da Sociologia e da Economia Política, para melhor compreender do problema alimentar. Daí a visão de totalidade do problema da fome, presente tanto em seus estudos, voltados não apenas para o problema da fome em si e de sua incidência sobre as pessoas mal alimentadas, mas para as causas do problema e da ameaça que representava para a

humanidade, ele analisou as sequelas que a fome deixava nas populações mal alimentadas, com repercussões na esperança de vida, na produção e no desenvolvimento intelectual do homem, quanto à sua ação política nos planos nacional e internacional.

A ação política de Josué de Castro desenvolveu-se a partir de 1940, quando o governo Getúlio Vargas criou o Serviço de Alimentação e de Previdência Social (SAPS) pelo Decreto nº 2.478, de 5 de fevereiro, como organismo subordinado ao Ministério do Trabalho, após a vitória da Revolução de 1930.

Além de atuar como professor, Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Josué de Castro também atuou como professor de Nutrição e Alimentação no curso de pós-graduação da Faculdade Nacional de Medicina e foi designado primeiro diretor do SAPS. Essas atividades que permitiram que ele, aplicasse seus conhecimentos teóricos na prática. Para difundir seus conhecimentos e experiências, fundou e dirigiu a Sociedade Brasileira de Alimentação, promovendo, desta forma o avanço dos estudos da fome e dos problemas por ela causados no Brasil.

A medida em que realizava suas atividades ensino e administração, Josué se convencia cada vez mais da importância do conhecimento geográfico para a visão de totalidade da realidade brasileira, e para a pesquisa, relacionando a fome e a pobreza com as condições naturais e as estruturas sociais.

Como registrou em seu livro *Geografia humana* publicado em 1939, seguindo a mesma linha científica dominante na Universidade de São Paulo desde 1934, e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1939, seus estudos se fundamentaram nos princípios da geografia elaborados por A. Humboldt, K. Ritter, F. Katznel e Vidal de la Blache.

Nesse aspecto, divergiu do entendimento do grupo de geógrafos brasileiros que considera a escola geográfica francesa como politicamente neutra, deixando as preocupações políticas e sociais para sociólogos e economistas, e ao tomar a fome como centro de suas preocupações, estendeu seus enfoques aos aspectos étnicos, linguísticos, religiosos e alimentares. Nesta perspectiva, assumiu também compromissos com os problemas ligados ao meio natural, demonstrando preocupações ecológicas.

Com essa visão publicou em 1939 o ensaio *Fisiologia dos tabus*, no qual analisa certos hábitos alimentares brasileiros e a proibição da combinação de alimentos ou as restrições ao seu consumo, com base cultural, antropológica. De acordo com Andrade (1997) trata-se de um autêntico ensaio etnográfico que evidencia a fase em que a Geografia Humana e a Etnologia estavam profundamente ligadas, sobretudo entre estudiosos franceses que dispunham de uma revista, dirigida por Pierre Deffontaine, que reunia os dois ramos do conhecimento.

No período de 1939 a 1945, em função da Segunda Guerra Mundial, a economia nacional se desorganizou e surgiram sérios problemas de abastecimento. A época o governo federal criou, em outubro de 1942, o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), e entregou sua direção a Josué de Castro. Ele não só tratou de reorganizar o abastecimento em escala nacional, como, preocupado sempre com os aspectos científicos do problema, criou a revista *Arquivos Brasileiros de Nutrologia*, que teve grande importância e aceitação. Também foi organizado o Instituto Técnico de Alimentação, cuja direção foi entregue ao geógrafo-nutricionista. E em fevereiro de 1945 foi criada a Comissão Nacional de Alimentação junto ao Conselho Nacional de Comércio Exterior, com a finalidade específica de desenvolver estudos sobre a melhoria das condições alimentares da população brasileira e das medidas que poderiam propiciar o enriquecimento e a melhora da dieta nacional.

Neste contexto, a questão alimentar passou a ter forte prioridade nas preocupações governamentais e já se começava a entender que os grandes problemas brasileiros não dependiam apenas de aspectos étnicos ou climáticos, mas do sistema social gerado pela colonização.

Concomitantemente a esses acontecimentos, Josué de Castro desenvolvia atividades político-administrativas e de pesquisas e estudos sobre a situação alimentar e da fome dominante no país, as quais o levariam a escrever o seu principal livro: *Geografia da fome. A fome no Brasil*, publicado em 1946. Neste livro, o autor esclareceu o grande problema nacional, ou seja, o peso da fome no subdesenvolvimento brasileiro, ressaltando o problema da fome como consequência do processo de colonização a que o país fora submetido. Nesse sentido, argumentou que “[...] a fome era o resultado do sistema colonial mantido em suas linhas mestras mesmo depois da independência política do país (1822) e representava a matriz do subdesenvolvimento (ANDRADE, 1997, p. 177). O que desencadeava contra ele a oposição e o ódio dos privilegiados que vinham detendo o controle do país desde o período colonial. Iniciaria, assim, um sério confronto que o acompanhou até a morte, em 1974.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Instituto Técnico de Alimentação foi incorporado à Universidade do Brasil e, no ano seguinte, transformado em Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil. Josué atingia assim posição de destaque na hierarquia universitária de vez que, além de diretor do Instituto, participou do Conselho Universitário da UB e dirigiu o Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia. A posição alcançada na Universidade, a repercussão e do prestígio obtido pelo livro *A geografia da fome* o conduziram a voos mais altos no cenário internacional e na disputa de cargos eletivos em Pernambuco, como a representação do estado na Câmara dos Deputados.

Conseqüentemente, a partir de 1946 Josué de Castro tornou-se um dos brasileiros de maior prestígio no país e no exterior. A Geografia da fome ganhou grande dimensão internacional, pela seriedade com que ele enfrentou o grande tabu – A Fome, e pela denúncia que fez da situação em que vivia a maioria da população do país.

Neste livro, para analisar as características físicas naturais e sociais da fome, o autor tomou como base os sistemas alimentares e, divergindo da divisão regional do Brasil, que propunha grandes regiões naturais, elaborada em 1943 por Fábio de Macedo Soares Guimarães, dividiu o espaço brasileiro em cinco regiões: Amazônia, Nordeste açucareiro, Sertão nordestino, Centro-Oeste e Sul, divisão regional com o propósito de

Individualizar as suas características alimentares e, como consequência, as carências da população.

Assim, na Amazônia, dominavam como alimentos básicos, a farinha de mandioca, o feijão, o peixe e a rapadura, observando-se carência de carnes, ricas em proteínas, e de verduras, ricas em vitaminas. No Nordeste açucareiro, haveria a predominância de farinha de mandioca, feijão, charque (carne seca) e aipim, hábito alimentar que resultava do sistema monocultor canavieiro implantado na região desde o século XVI e ainda hoje dominante. No Nordeste seco ou sertão nordestino prevalecia o feijão, o milho, a carne e a rapadura, constituindo regime alimentar melhor do que o da porção úmida, embora a região fosse também considerada como área de fome. No Centro-Oeste, ao qual ele incorporou o estado de Minas Gerais, considerado pelo IBGE como Sudeste, encontrou regime alimentar à base de milho, feijão, carne e toucinho, bem mais rico em proteínas e em gorduras. Finalmente, no extremo Sul, onde o regime alimentar era melhor organizado e as áreas de fome mais restritas, considerou como dominantes a carne, o pão – as condições naturais e as tradições dos imigrantes permitiram o desenvolvimento da cultura do trigo –, o arroz e a batata. Para o grande geógrafo, havia naturalmente certa diversificação em nível sub-regional e local entre a participação destes alimentos, mas em escala nacional a caracterização era das mais expressivas e fiéis (ANDRADE, 1997, p.178).

Em 1948, Josué de Castro causou novo impacto, sobretudo para os grupos conversadores que procuravam esconder os problemas da fome e da miséria no país, com a publicação do livro Geopolítica da fome, no qual o autor analisa o problema fome em escala mundial. Com este livro ele chamou a atenção para o fato de a maioria da população do mundo estar subalimentada e, com frequência, pessoas morriam de fome em todos os hemisférios, sobretudo no Sul, onde se localizavam os países então classificados como subdesenvolvidos. Se contrapôs as teses sobre crescimento populacional defendidas pelo malthusianismo mecanicista, afirmou que a existência de uma fome oculta, representada pela deficiência alimentar em proteínas, sais minerais e vitaminas, a se deve a problemas ligados aos sistemas de exploração econômica, aos hábitos alimentares consagrados, aos costumes e às religiões e chamou a atenção para a necessidade de que intelectuais e governos se voltassem para o seu estudo e para o combate e a erradicação do flagelo.

Os livros *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome* definiriam de forma incontestada a posição política e disposição de luta de Josué de Castro. Foram divulgados em vários idiomas e contribuíram para sua projeção e a ação internacional. Por consequência, em 1951 ele assumiu presidência do Conselho Executivo da FAO – Food and Agricultural Organization, sediada em Roma e que, no Brasil, se tornou membro da Comissão Nacional de Política Agrária, criada por Vargas em 1951 e, em 1953 foi nomeado vice-presidente da Comissão Nacional de Bem-estar Social. Ano em que ele foi indicado por Vargas para assumir o Ministério da Agricultura, mas a forte oposição de grupos conservadores do Partido Social Democrático impediram a sua ascensão ao Ministério.

Diante disso, Vargas com propósito de atribuir um sentido mais social à sua administração, em relação ao seu governo anterior (1930-45), criou a Comissão Nacional de Política Agrária, que deveria estender aos trabalhadores rurais os direitos concedidos aos trabalhadores urbanos, incluiu o médico-geógrafo na referida comissão e posteriormente concedeu-lhe a vice-presidência da Comissão Nacional de Bem-estar Social.

Na década de 1950, os governos dos países ocidentais, temerosos pelo avanço do comunismo no Leste Europeu, na Ásia e na África, consideraram a política de bem-estar como uma das melhores formas de criar uma era de equilíbrio social e frear atração exercida pela União Soviética sobre os povos com relação a criação das democracias populares.

Nessa circunstância, Josué de Castro foi eleito presidente do Conselho Executivo da FAO, que havia sido criada nos anos que se seguiram à Segunda Grande Guerra Mundial (1947), com objetivo de melhorar as condições das populações rurais, dos agricultores, e eliminar o perigo da fome que atingia cerca de dois terços da humanidade. Sua atuação neste cargo foi marcada pela sugestão de criar uma reserva internacional contra a fome e pela idealização de uma campanha mundial contra a fome, à qual se dedicou após o ano de 1960.

Nesta década, Josué de Castro recebeu dois prêmios de projeção internacional: o Franklin Delano Roosevelt, concedido pela Academia de Ciências Políticas dos Estados Unidos em 1952, e o Prêmio Internacional da Paz, conferido pelo Conselho Mundial da Paz em 1954.

Em 1954, se integrou à militância política e candidatou-se deputado federal pelo estado de Pernambuco, pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Foi eleito com expressiva votação. Na Câmara, teve atuação de destaque, sempre defendendo as causas populares, e se tornou vice-líder da minoria. Apoiou o programa desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek (1955-60) e com integrante da Frente Parlamentar Nacionalista defendeu a política de defesa dos interesses nacionais contra a desnacionalização da economia e as influências extorsivas do capital estrangeiro. Posição que resultou na forte perseguição por ele sofrida no contexto do golpe de 1964.

Durante este mandato, defendeu ideias democráticas e populares, como a extensão do direito de voto aos analfabetos e o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, interrompidas no governo Dutra, em 1947, em função do comprometimento do governo com as diretrizes da Guerra Fria. Assim como, em contraposição a numerosos políticos conservadores se mostrou simpático à intervenção no país caribenho condenou, baseado no princípio da autodeterminação dos povos, qualquer interferência externa.

Dessa forma, não foi omissor por ocasião da renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, quando líderes militares e políticos conservadores tentaram impedir a posse constitucional do vice-presidente João Goulart, herdeiro político de Getúlio Vargas e considerado homem de ideias avançadas. Nessa ocasião, se implantou o sistema parlamentarista de governo com o propósito de impedir o presidente de conduzir as reformas chamadas de base que ampliavam o direito à cidadania a uma porção maior da população brasileira. Como a mudança no sistema político imposta pela força não foi simpática à população, que se sentiu espoliada em suas aspirações, logo desenvolveu-se a campanha em favor da realização de um plebiscito para definir se seria mantido o parlamentarismo ou não. Como parlamentar Josué de Castro se envolveu na campanha em defesa da volta imediata ao sistema presidencialista, o qual foi restaurado em 1961 por esmagadora maioria de votos.

Com a devolução dos poderes presidenciais a João Goulart, iniciou-se a luta pelas reformas de base, entre elas a reforma agrária e a extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados rurais, direitos que foram consagrados ainda em 1961, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4214, de 2 de março). Assim como pela nacionalização de grandes empresas estrangeiras que controlavam serviços públicos ligados aos transportes e à energia, pela expansão do ensino público, pelo controle da evasão de capitais etc.

Com isso, as elites que controlavam o país desde a colonização portuguesa e estavam ligadas ao capital se sentiram amedrontadas. Da mesma forma, as grandes potências, particularmente os Estados Unidos, temiam que uma revolução, semelhante à cubana se repetisse em países latino-americanos, sobretudo no Brasil, país que por sua importância territorial, populacional e econômica teria grande influência e repercussão nos países vizinhos. Nesta época, Josué de Castro ao ser designado pelo governo brasileiro embaixador junto à Conferência Internacional de Desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça e, em seguida, na reunião da FAO, em Roma, renunciou ao mandato de deputado federal.

O golpe de 1964 (Andrade, 1989) abateu-se sobre a maioria dos brasileiros de ideias progressistas. Numerosas personalidades tiveram os seus direitos políticos cassados, como Josué de Castro, Celso Furtado, Darci Ribeiro, entre outros.

Com a cassação de seus direitos políticos, Josué de Castro foi destituído do cargo de embaixador do Brasil junto aos organismos internacionais ligados à ONU sediados em Genebra. Não tendo condições de voltar à pátria, resolveu se estabelecer em Paris e continuar a sua luta contra a fome e o subdesenvolvimento e em favor da paz.

Em Paris teve seus méritos reconhecidos pelo governo francês, que o dedignou professor associado do Centro Universitário de Vincennes. Também atuou como professor na Universidade de Paris e ministrou aulas para alunos de pós-graduação no Instituto de Altos Estudos para a América Latina, dirigido pelo geógrafo Pierre Mombeig que tinha grande conhecimento sobre o Brasil (onde viveu durante vários anos). Chefiou o Centro Internacional de Desenvolvimento, órgão que assessorava os países subdesenvolvidos, atuando sobretudo na África desenvolvendo trabalhos, especificamente no Marrocos. Presidiu o Comitê para a Constituição dos Povos e foi vice-presidente da Associação Parlamentar Mundial.

O exílio o abateu, mas não esmoreceu sua capacidade de luta pelo desenvolvimento do ensino e da pesquisa, nem a sua ação para libertar os povos da fome e da miséria em qualquer hemisfério. Ele morreu na capital francesa a 24 de setembro de 1974. Seu corpo foi trasladado para o Brasil e sepultado no Rio de Janeiro.

Embora a Geografia da Fome tem sido uma das principais obras de Josué de Castro a abordar a questão da desigualdade social no Brasil, em especial no que concerne ao mapeamento da Fome – compreendida em seu duplo aspecto da desnutrição e subnutrição e, ao mesmo tempo, examinada em sua dimensão social, no Brasil pós-1964 o autor e sua obra caíram no ostracismo só sendo resgatados ciclicamente a partir dos anos oitenta do século XX. Estudiosos de sua obra tanto da área de Geografia quanto de outras áreas como Andrade (1997), Arruda (1997), Nascimento (2009), Araújo (2023), entre outros, afirmam que no país ainda são poucas as tentativas de releitura da sua obra diante do que ela representa enquanto substrato do pensamento social brasileiro contemporâneo que contribui para compreender os delineamentos conceituais e propositivos continuam vivos e constituem instrumentos indispensáveis para repensar criticamente a realidade brasileira e, em particular, a nordestina, assim como as ações dos atores envolvidos na construção das políticas públicas de combate a fome, tanto no Brasil quanto no mundo, visto que fenômeno da fome continua a existir e a se revelar cada vez mais forte na atualidade.

Nesse sentido, diante da motivação em ampliar meus conhecimentos sobre o legado do pensamento de Josué de Castro, o próximo capítulo apresenta a revisão literatura sobre a pesquisa na área de Geografia que tem como objeto de estudo o legado do pensamento de Josué de Castro.

CAPÍTULO II

AS PESQUISAS SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE JOSUÉ DE CASTRO PARA A GEOGRAFIA BRASILEIRA

Este capítulo traz o resultado da revisão de literatura sobre o legado de Josué de Castro nas pesquisas da área de Geografia. Buscou-se apreender as temáticas predominantes e as contribuições do pensamento do autor para compreensão do atual problema da fome no Brasil. O capítulo foi organizado em duas partes. A primeira apresenta o percurso metodológico. A segunda expõe a descrição e a análise dos dados da pesquisa.

1 Metodologia da pesquisa

A revisão da literatura é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento cuja proposta que abrange todo o material produzido e significativo que foi grafado sobre um determinado assunto: livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, relatórios governamentais, teses e dissertações e outros tipos, que pode, em certos casos, ela mesma consistir em uma pesquisa.

Trata-se de uma etapa muito importante e essencial de um trabalho de investigação científica que almeja uma resposta a uma pergunta ou questões específicas.

Como mencionado esta revisão de literatura busca esclarecimento para seguintes questões: O que tem sido produzido na área de Geografia sobre legado pensamento de Josué de Castro para a Geografia brasileira? Qual a relação entre as contribuições do pensamento de Josué de Castro e atual problema da fome no Brasil?

Em busca de respostas as questões de pesquisa, realizou-se a literatura no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), definindo-se como período de abrangência os anos de 2013 a 2023.

Para identificação dos artigos foram utilizadas as palavras chaves Geografia, Josué de Castro e Geografia da fome e os seguintes filtros: Ciências Humanas, Geografia, periódicos revisados por pares, Assunto, período, Idioma.

A seleção foi realizada pela leitura do título e do resumo. Os trabalhos cujo resumo contemplavam o tema foram selecionados e, posteriormente, lidos. Foram selecionados sete artigos conforme mostra, de forma sintética, o Quadro 1:

Quadro 1 Artigos selecionados no período 2013 a 2023

	Título	Autor	Ano	Periódicos	Tema
1	Josué de castro nos encaços da geografia francesa: decifrando os meandros de um diálogo geográfico	Carvalho, Antônio Alfredo Teles de.	2016	Revista Contexto Geográfico UFA, IGDM/PPGG MACEIÓ-A	História do pensamento geográfico social brasileiro
2	O banco de alimentos da Ceasa de Maringá (PR) e sua atuação na promoção da segurança alimentar na região Metropolitana de Maringá	Pinheiro Júnior, Zenóbio Sales; Vicente, Vinicius Renan Rigolin de; Gomes, Sueli de Castro.	2016	Boletim geográfico. (Maringá)	Fome e Nutrição
3	Uma resposta política para a fome: Josué de castro e as ligas camponesas	Ribeiro Junior, José Raimundo Sousa.	2020	GEOgraphia UFF Niterói -RJ	História do pensamento geográfico social brasileiro
4	A geopolítica dos alimentos, uma perspectiva da Fome à soberania alimentar: as experiências Agroecológicas das camponesas no Cariri - CE	Araújo, Bruna Dayane Xavier de; Silva, Izabela Cristina Gomes da.	2021	Revista de Geografia (PPGG – UFPE)	Fome e Nutrição
5	Colonialismo e raça em Josué de Castro: uma análise da geografia da fome desde o olhar decolonial	Bastos, Mariana Nunes Pereira.	2022	Revista Continentes (UFRRJ)	História do pensamento geográfico social brasileiro
6	Um mundo sem fome: Josué de Castro e a história da geografia	Davies, Archie.	2022	Espaço e Cultura, (UERJ)	História do pensamento geográfico social brasileiro
7	A fome e a pobreza na região do contestado Paranaense	Salvalágio, Raquel Mendonça; Ludka, Vanessa Maria.	2023	Caderno de Geografia (PPGG PUC Minas)	Fome e Nutrição

Fonte: elaborado pela autora

2 Apresentação das pesquisas

Após o levantamento realizado no portal de periódicos CAPES foi possível identificar, a partir da análise dos temas em relação às palavras-chaves três categorias temáticas: História do pensamento Geográfico Social (4 artigos), e Fome e Nutrição (3 artigos). A totalidade composta pelos artigos subjacentes a esses eixos, ainda que não contemple a inteireza do universo temático evocado por Josué de Castro, permite uma visão ampla do seu pensamento e, conseqüentemente, da geografia por ele ensinada, conforme depreende-se da leitura dos eixos temáticos apresentados a seguir.

2.1 História do pensamento geográfico social brasileiro

Nesta categoria se inserem as pesquisas de Carvalho (2016), Ribeiro Júnior (2020), Bastos (2022) e Davies (2022).

Carvalho (2016) analisa a geografia desenvolvida por Josué de Castro, desde a implantação do primeiro curso de Geografia e História no Brasil, em 1934, até meados do decênio de 1950, período no qual, em função da crise da Geografia Tradicional a Geografia Pragmática, também conhecida como Teorética ou Nova Geografia, adquire expressividade na Geografia brasileira. Nesta trajetória o autor expõe a influência da escola francesa de Geografia fundada por Vidal de La Blache na produção de Josué de Castro da época em que ele se tornou Professor Catedrático de Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife e aí permaneceu de 1930 a 1935, até quando se transferiu para o Rio de Janeiro e ingressou na UDF em 1936. Assim como, sua familiaridade e admiração pelos discípulos de La Blache como Emmanuel De Martone, Jean Brunhes, Max Sorre, Pierre Deffontaines e Lucien Febvre. Da influência de La Blache o autor ressalta o possibilíssimo, os gêneros de vida e análise regional como aspectos fundamentais da construção do pensamento e da sua obra de Josué de Castro. E da obra prima do mestre francês, *Principes de Géographie Humaine*, a premissa que norteou sua produção: “[...] entre as forças que ligam o homem a um determinado meio, uma das mais tenazes é a que transparece quando se realiza o estudo dos recursos alimentares” (LA BLACHE, apud CARVALHO, 2016, p.5). Além da influência da Escola Francesa, o autor sublinha seu reconhecimento dos mestres alemães como grandes impulsionadores da moderna ciência geográfica, nos quais ele também se apoiou para a sistematizar suas ideias utilizando os princípios geográficos da extensão, coordenação e

causalidade, formulados respectivamente por F. Ratzel, K. Ritter e A. Humboldt. O que o conduziu, segundo o autor, a adotar o método geográfico como “quase (...) como uma técnica que ensina a ver e a produzir com fidelidade os vários elementos que compõem os diversos panoramas naturais” (CASTRO, apud CARVALHO, 2016, p.5), e a discutir a disciplina demonstrando preocupações epistemológicas que vão das bases conceituais ao seu objeto de estudo. O autor conclui sublinhando que a partir das reflexões e questionamentos sobre os fundamentos teóricos da Escola Francesa e da Escola Alemã, Josué de Castro logrou outras formas de entendimento acerca da Geografia e dos seus métodos que deram origem a novas perspectivas para análise dos fenômenos sociais, particularmente a temática da fome na perspectiva de uma geografia de cunho social crítico.

Na mesma linha, Ribeiro Júnior (2020) analisa o posicionamento político e a perspectiva teórico-metodológica que fundamentam o livro *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, escrito por Josué de Castro no qual ele analisa o contexto explosivo em que o Nordeste brasileiro se encontrava antes do golpe, de 1964. Nesta obra, Josué de Castro defende com veemência a necessidade de realização da reforma agrária em contraposição a recusa das elites dirigentes em aceitar a realização das modificações estruturais necessárias para que os brasileiros pudessem se libertar de sua miséria (CASTRO, apud RIBEIRO JUNIOR, 2020, p.107). Diante dessa divergência seu objetivo principal ao escrever este livro foi o de obter aliados conscientes para se opor às falsas representações tanto da situação política, econômica e social do Nordeste, como da atuação das Ligas Camponesas. Nessa perspectiva, ele negou os textos jornalísticos publicados nos Estados Unidos que alertavam para uma situação revolucionária, na qual “agitadores de esquerda” exploravam a miséria e as secas periódicas para doutrinar a população nordestina. Ou seja, a compreensão de que as Ligas Camponesas eram o produto da ação de lideranças, ou, o produto da ação de “instigadores da revolução social do Nordeste.” Assim, sem ignorar a inspiração proporcionada pela Revolução Cubana e a relação que socialistas e comunistas tinham com as Ligas Camponesas, ao discordar com relação ao papel das influências externas na formação e consolidação das Ligas argumentou que a compreensão das Ligas Camponesas passava necessariamente pelo resgate de suas origens, assim como pela compreensão aprofundada do espaço e da sociedade em que esse movimento social havia se formado. Posto que, do seu ponto de vista o verdadeiro motivo do descontentamento social era a extrema miséria causada pela fome.

Nessa perspectiva, autor mostra que o livro traz contribuições imprescindíveis para que possamos pensar formas de superar a fome nos dias de hoje. Entre elas, destaca o esforço de Josué de Castro de obter aliados na luta pela reforma agrária considerada por ele como o principal mecanismo de combate à fome; a compreensão de que aqueles que convivem com a

fome são sujeitos políticos que têm condições de se organizar e transformar suas próprias condições de vida, a crítica ao pensamento economicista e às soluções tecnicistas, com base em uma compreensão mais rigorosa da realidade e comprometida com a transformação, e o seu desejo de contribuir com a formação de alianças internacionais, baseadas na solidariedade entre diferentes povos que sofriam com processos semelhantes de expropriação e exploração.

Do ponto de vista teórico-metodológicos o autor destaca que neste livro posicionamento de Josué de Castro se difere do adotado em obras anteriores, visto que ele se opôs à neutralidade científica, concebendo-a como uma camisa de força que faz do pesquisador um simples inventariante de tudo aquilo que se apresenta aos seus olhos, teleguiados por métodos de trabalho consagrados. (CASTRO, apud Ribeiro Junior, 2020, p.116)

Nesse aspecto, o autor enfatiza a importância conferida por Josué de Castro da necessidade de superar as fronteiras convencionais do conhecimento científico, posto que na sua visão nenhuma ciência ou pesquisador seria capaz de isoladamente compreender em sua totalidade todas as nuances de uma sociedade. Como afirmou Castro (apud Ribeiro Filho, p. 116) não há um setor de especialistas “[...] sejam eles geógrafos ou antropólogos, sociólogos ou economistas”, que possa explicar toda a realidade. Nesse sentido, Ribeiro Junior (2020) considera ser possível afirmar que Josué de Castro se aproximou dos debates e lutas anticoloniais que ganhavam força desde os anos 1950.

Como um obstáculo para realização da pesquisa Ribeiro Junior (2020), aponta ausência de dados atualizados sobre a insegurança alimentar e a fome no país até 2020, momento da elaboração deste artigo, ou seja, janeiro de 2020. Diante da ausência destes dados o autor buscou, no IBGE (2018 e 2019), indicadores socioeconômicos como subutilização da força de trabalho, redução do pessoal ocupado com vínculo formal, queda no rendimento médio do trabalho e do rendimento médio domiciliar per capita, que apontaram a deterioração das condições de vida de uma parcela expressiva da população. De acordo com os dados obtidos “Em 2018, no Brasil, havia 25,3% da população com rendimentos inferiores a US\$ 5,50 PPC11 por dia, aproximadamente R\$ 420 mensais, o que equivale a cerca de 44% do salário mínimo vigente em 2018” (IBGE, 2019, apud Ribeiro Junior 2020, p. 117) Dos 52,5 milhões de brasileiros que se encontravam nessa situação, 13,5 milhões (ou 6,5% da população total) tinham renda mensal per capita inferior a R\$ 145. O que o conduziu reconhecer que muitos dos obstáculos identificados por Josué de Castro no início dos anos 1960 ainda se fazem presentes na América Latina, e mais especificamente no Brasil do século XXI. Desafio que recoloca a fome no centro dos debates sobre os problemas sociais brasileiros, os quais apontam para a necessidade de transformações estruturais em nossa sociedade. Ou seja, para o entendimento de que o “[...]combate à miséria e à fome passam pela compreensão das relações sociais de produção e

pelo enfrentamento das formas de exploração e expropriação que caracterizam nossa sociedade. Josué de Castro é uma referência importante nessa caminhada” (RIBEIRO JÚNIOR, 2020, p.118). Assim, o autor conclui enfatizando a pertinência de retomarmos as reflexões apresentadas neste livro por Josué de Castro para enfrentarmos os obstáculos que ainda hoje se erguem contra aqueles que lutam pela superação da fome.

A pesquisa de Bastos (2022) partindo do pressuposto que Josué de Castro prenunciou uma abordagem “anticolonialista” e “antirracista”, principalmente quando se trata das críticas direcionadas às ideias fatalistas de Thomas Malthus, teve por objetivo identificar na obra de Josué de Castro a relação estabelecida por ele entre fome, subdesenvolvimento, colonialismo e raça, bem como o motivo da sua escolha pelo método geográfico. Para o alcance desse objetivo, realizou uma pesquisa de natureza qualitativa cuja fonte principal de dados primários foi livro Geografia da Fome, de 1946, Geopolítica da Fome (1951) e O Livro Negro da Fome (1966). A pesquisa mostra que ao conceber a fome como fenômeno social “geograficamente universal” Castro ao afirmar que tanto a “fome total” quanto a “fome parcial”, são o resultado da penúria orgânica [...] de um, de vários e, às vezes, de todos os elementos indispensáveis à nutrição humana”(CASTRO, apud BASTOS, 2022, p.6), cunhou o termo fome oculta” para destacar o comportamento discreto das fomes mais graves e frequentes que não são caracterizadas pela falta de alimentos, mas pela falta de nutrientes; discutiu a noção de área fome endêmica” e “área fome epidêmica” e colocou em questão a teoria da superpopulação do economista inglês Thomas Malthus (1766-1834), apontando a necessidade de compreender que as taxas de natalidade de Malthus serviram de explicação fatalista para um problema de natureza social e com gênese na distribuição desigual de recursos, por defender que o crescimento populacional é sempre superior ao crescimento de bens alimentares.

Em relação ao método, a autora destaca que Geografia da Fome marca a consolidação do método de pesquisa de Josué de Castro, a medida em que seu objetivo consistiu, com base em uma abordagem ecológica, em “localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície da terra” (CASTRO, apud BASTOS, 2022, p. 9), com enfoque no fenômeno da fome coletiva que atinge endêmica ou epidemicamente os grandes grupos humanos no território brasileiro. Nesse sentido, a pesquisa mostra que ao conceber a fome como o principal problema ecológico Josué de Castro antecipou uma abordagem que, posteriormente, seria conhecida como socioambiental presente de forma significativa no pensamento ambiental latino-americano. Conforme a autora, neste livro Josué de Castro introduz muitos conceitos, como “mosaico alimentar brasileiro” e “áreas alimentares,” na medida em que produzia o primeiro mapa da fome no país. Nesse processo, considerou também “[...] as variadas categorias de recursos naturais e a predominância cultural de

determinados grupos que entraram na formação de nossa etnia nas diferentes zonas tinham que condicionar forçosamente uma diferenciação regional dos tipos de dieta” (CASTRO, apud BASTOS, 2022, p.11). Assim, ele propôs uma nova divisão regional do Brasil com base nas áreas alimentares, para uma melhor compreensão do problema social da fome no país, e utilizou os mapas como ferramenta para dar visibilidade as suas críticas à noção de subdesenvolvimento e ressaltar as desigualdades regionais do Brasil. Além das noções mencionadas, a pesquisa permitiu apreender que as noções de desenvolvimento e de colonialismo registradas no livro *Geografia da Fome*, são evidentes na discussão realizada por Castro sobre o “ dilema brasileiro do pão ou aço” e na tese “mal de fome e não de raça.” Nessa perspectiva os resultados da pesquisa mostram que a denúncia de Castro em torno dos problemas do subdesenvolvimento – entendidos como problemas do colonialismo – aproxima o autor das perspectivas de colonialidade, que entendem que o colonialismo deixou sequelas persistentes em razão da colonialidade do poder, do ser e do saber, visto que a abordagem decolonial reforça exatamente o confronto à tese neomalthusiana sobre a fome nos países subdesenvolvidos. Nesse aspecto, a autora considera ser a leitura da obra de Castro a partir da ótica dos autores decoloniais importante para aqueles que trabalham na construção de um discurso crítico sobre a violação do direito humano à alimentação no chamado Sul Global.

Em seu artigo Davies (2022) descreve a contribuição de seu livro "Um Mundo Sem Fome: Josué de Castro e a História da Geografia", com objetivo de estabelecer diálogo transatlântico com relação a história do pensamento sobre o espaço, a natureza e a justiça social. Com essa intenção discute sua abordagem nutricional de Josué de Castro da geografia da fome, o seu lugar em uma tradição brasileira de influência francesa, sua participação na ONU e na FAO e no regionalismo radical do Nordeste brasileiro, interpretando a vida e a obra de Castro, como uma geografia crítica. Para tanto, utiliza a abordagem biogeográfica para apreender as relações móveis e indeterminadas entre espaço, relações sociais e produção de conhecimento incorporada nas rotas imprevisíveis da vida Josué de Castro. Dessa forma, localiza a geografia urbana de Castro em Recife, a sua geografia regional no Nordeste e a sua ecologia política na Universidade de Vincennes (onde Josué trabalhou entre 68 e 73 - sessenta e oito e setenta e três), em Paris. O autor também relata que Josué de Castro procurou intervir no desenvolvimento de ideias geográficas a partir do diálogo com grandes pensadores geográficos do passado e com diferentes de escolas de pensamento e áreas do mundo. Mas, embora ele não possa ser totalmente inscrito na escola 'Vidalina' da geografia brasileira, Milton Santos afirma que “dentro da geografia a posição [de Castro] era a de um autêntico possibilista” (Santos, apud Davis 2022, p. 102). Ainda assim, ele estava empenhado em fazer a análise geográfica sair dos limites disciplinares e entrar num discurso político, intelectual e público mais amplo. Posição que

associada com a sua atenção a uma forma ecológica de pensar é considerada por Manuel Correia de Andrade a herança crucial de Castro para o pensamento geográfico brasileiro. O autor conclui ressaltando a contribuição do livro em trazer para história intelectual uma alternativa de geografia crítica que atravessa o norte e o sul, através do multilinguismo e entre a teoria e a práxis. Assim como uma retrospectiva da geografia como tema político "antes" da guinada política da geografia. Nesse sentido, registra de forma enfática que é “[...] colocando o pensamento geográfico num contexto histórico e biográfico rico que podemos ver como a geografia da fome se tornou uma geografia crítica” (DAVIES, 2022, p. 110).

2.2 Fome e nutrição

Nesta categoria temática inserem as pesquisas de Pinheiro Júnior, Sales, Vicente e Gomes (2016); Araújo, Xavier e Gomes (2021); Ludka e Salvalágio (2023).

Pinheiro Júnior et ali (2016), partindo da problematização do descarte de resíduos gerados pelas atividades humanas que contrasta com a fome, como um dos principais problemas do mundo atual, teve por objetivo analisar a rede de distribuição dos produtos alimentícios obtidos pelo Banco de Alimentos de Maringá como uma alternativa socioambiental ao desperdício alimentar. Como referencial teórico os autores recorrem a Josué de Castro para argumentar que as verdadeiras causas do problema da fome encontram-se no “tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, no neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome” (Castro, apud Pinheiro Junior et al, 2003, p. 150). Em síntese que o fenômeno da fome está muito além da produção insuficiente de alimentos, da suposta indisponibilidade de terras para cultivo, ou mesmo da incapacidade de as terras cultiváveis alimentarem a todo o mundo. Para realização da pesquisa os procedimentos metodológicos adotados foram: levantamento de dados; revisão bibliográfica e documentários acerca dos elementos que constituem o objeto de estudo. A pesquisa mostrou que a existência e o funcionamento de um Banco de Alimentos na Ceasa de Maringá é fundamental para que mais de 6.500 pessoas, possam se alimentar diariamente. Assim como a significativa a contribuição do Banco de Alimentos da Ceasa Maringá (BACM) no que diz respeito ao desperdício alimentar. De acordo com dados obtidos pelos autores em um único ano (2012) evitou-se que mais de 1.200 toneladas de alimentos ainda aptos para consumo fossem descartadas. Contudo, os autores destacam que as perdas poderiam ser menores se no BACM

existissem trabalhadores, com dedicação exclusiva, responsáveis por coletar os alimentos junto aos comerciantes antes que as intempéries os tornassem inapropriados para consumo. Nesse sentido, os autores ressaltam a necessidade de investimentos para melhorar a visão dos mercadores acerca do programa para que possam se integrar as ações do BACM. Posto que, o fato de alguns mercadores não contribuírem com donativos para o Programa explica em parte o grande volume de alimentos que ainda é desperdiçado na Ceasa Maringá. Mesmo assim, a pesquisa mostrou que o impacto da atuação BACM é significativo nas esferas econômica, social e ambiental e serve como modelo para que outros projetos de semelhante alcance sejam desenvolvidos na região.

Araújo, Xavier e Gomes (2021), investigaram as experiências das mulheres camponesas na região do Cariri – CE para edificação de um projeto de soberania alimentar em um contexto regional. Trata-se de trabalho de campo, cujos dados foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e audiovisual. Para fundamentar a concretude da análise as autoras recorreram ao entendimento de Josué de Castro na qual ele enfatiza que em situação de fome parcial ou oculta, pela falta permanente de nutrientes em seus regimes alimentares, grupos inteiros de população morrem lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (CASTRO, apud ARAÚJO, 2021, p. 265). A diferença estabelecida por Castro entre fome endêmica, restrita a períodos de escassez de chuvas, e fome endêmica vinculada à estrutura agrária do latifúndio e ao seu caráter de monocultura de exportação, ao termo “monotonia alimentar.” isto é o hábito do homem de nutrir-se à base de um número restrito de substâncias alimentares, devido à diminuição ao acesso à diversidade de alimentos. Com base nas contribuições de Josué de Castro, de Karl Marx sobre a relação do alimento com trabalho e de autores como Galeano, Porto-Gonçalves, Rigotto, dentre outros, que concebem a fome como um processo de relações sociais historicamente construídas, o autor destaca: o Agronegócio e a Agricultura Camponesa, como formas atuais de modo de produção de alimentos, cujos projetos desenvolvimento, se divergem com relação a seus interesses de classes e suas capacidades de incluir, ou não, as dimensões ecológicas em suas formas de produção. O resultado da pesquisa evidenciou que a agricultura camponesa vem construindo exemplos de produção mais diversificada, orgânica/agroecológica, além de auxiliar no fortalecimento dos saberes tradicionais. Evidenciou também que na região do Cariri as experiências, que estão sendo realizadas pelas práticas camponesas vêm se mostrando uma alternativa para a produção de alimentos com qualidade, segurança e mais acessibilidade à população. Assim como, a importância do movimento agroecológico, das articulações em rede e das ONGs como elementos “[...] fundamentais para a consolidação dos territórios camponeses agroecológicos na América Latina, assim como na dispersão dos ideais que envolvem a agroecologia, são eles:

soberania alimentar, feminismo popular camponês e combate aos agrotóxicos” (Araújo, Xavier e Gomes, 2021, p.280).

A pesquisa de Salvalágio e Ludka (2023) foi motivada pelo o seguinte questionamento: de que maneira a Guerra do Contestado influenciou na territorialização da fome e da pobreza na Região do Contestado Paranaense? Para discussão dos conceitos norteadores da pesquisa, fome e pobreza, buscaram aporte teórico nas diversas obras escritas no século XX por Josué de Castro, como Geopolítica da Fome, Geografia da Fome, e em autores como Queiroz (1966), Thomé (1992), Ziegler (2013), Caparrós (2016), Santos (2009), Sem (2010), Fraga (2010) e Ludka (2016). A pesquisa de natureza qualitativa-quantitativa utilizou o Sistema de Informações Geográficas (SIGQGIS3.14.15) e de dados referentes ao Programa Bolsa Família (PBF), Cadastro Único, Censo Demográfico de 2010 coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas Brasil (2021), do Ministério da Cidadania (2021), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2021) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), para elaboração de mapas da área de estudo, tendo em vista melhor compreensão da territorialização da fome e da pobreza na Região do Contestado Paranaense, os resultados mostraram que na Região do Contestado vivem 99.908 pessoas, dentre as quais 30.275 famílias, que equivale a 13,81%, estão cadastradas no Cadastro Único, enquanto 39,25% da população pertencente à Região do Contestado Paranaense estão vulneráveis à fome e à pobreza. Além da fome de comida, os autores destacam a [...] existência da fome de políticas sociais, fome de cultura, de oportunidades, de sustentabilidade”, como também “[...] a fome de serviços básicos e a fome de liberdade, pois além da vergonha de passar fome, as famílias sofrem com o descaso do poder público que não percebe esta realidade como uma questão socioeconômica (SALVALÁGIO e LUDKA, 2023, p.487)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de Josué de Castro se tornaram referência num contexto histórico conturbado, marcado pela II Guerra Mundial, pela Revolução Popular Chinesa, pela reconstrução da Europa e por diversas convulsões sociais ao redor do mundo, onde a fome se tornou um problema central frente aos desafios econômicos e sociais que a humanidade não podia ignorar.

Neste quadro, Castro se lançou na empreitada de conhecer a ciência geográfica e aplicá-la ao estudo de um tema praticamente intocado em sua época: a fome. Ele produziu uma literatura densa e concisa que permite compreender as bases de uma geografia nacional voltada para a realidade brasileira, em particular no que diz respeito politização do problema da fome abordando temas que ainda hoje são atuais e pertinentes

No entanto, as pesquisas mostraram que, com exceção das décadas de 1980 e 1990, em que a referência a Josué de Castro foi resgatada por alguns geógrafos, o problema da fome tem sido pouco analisado pelos geógrafos e geógrafas na literatura mais recente. Afirmação que, considerando os limites desta pesquisa, pode ser corroborada por esta pesquisa, visto que no período de 2013 a 2023 foram identificados apenas sete artigos dos quais quatro se inserem na categoria temática História do pensamento geográfico e três na categoria Fome e Nutrição.

Apesar disso, a produção analisada destaca, com relação aos dogmas impostos pela geograficidade, os avanços do desenvolvimento do pensamento Josué de Castro na perspectiva de uma Geografia de cunho social crítico que não dissocia as relações sociais (homem X homem) das relações homem X meio. Como também, a importância do reconhecimento de sua obra para o entendimento de que o combate à miséria e à fome passa pela compreensão das relações sociais de produção e pelo enfrentamento das formas de exploração e expropriação que caracterizam nossa sociedade.

Em síntese, a pesquisa mostrou que, de acordo com Josué de Castro, a superação da fome pressupõe políticas públicas adequadas, ou seja, um Estado justo, que promova uma política alimentar por meios dos preceitos de distribuição igualitária dos alimentos. Como afirmou Josué de Castro “a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento” (CASTRO, 2012, p. 290)

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. História das usinas de açúcar de Pernambuco. Recife: Massangana, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. Estudos Avançados, v. 11, n. 29, 1997.
- ANDRADE, Manuel Correia de; SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter; TAKAG, Maya; COSTA, Humberto; BATISTA FILHO, Malaquias; BATISTA, Luciano Vidal; MELO FILHO, Djalma Agripino de; SOARES, José Arlindo; DUARTE, Paulo Santana Renato; ZAIDAN FILHO, Michel. Josué de Castro e o Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Pensamento Radical).
- ARAUJO, André Francisco Berenger de. Por uma História da Fome no Brasil. Revista Maracanã, Rio de Janeiro, n. 34, p. 308-313, set./dez. 2023.
- ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de. Geografia da Fome: da lógica regional à universalidade. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 545-549, jul./set. 1997.
- CARVALHO, Antônio Alfredo Teles de. Josué de Castro: um geógrafo de múltiplas contribuições revisitado em suas ideias. GEOUSP Espaço e Tempo, São Paulo, n. 13, p. 59-69, 2003.
- CASTRO, Josué de. Geografia da Fome. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. Revista IDEAS, v. 3, n. 2, p. 197-225, jul./dez. 2009.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Uma resposta política para a fome: Josué de Castro e as Ligas Camponesas. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, 2020.
- Salvalágio, Raquel Mendonça; Ludka, Vanessa Maria. A Fome e a Pobreza na Região do Contestado Paranaense. Caderno de Geografia, v. 33, n. 73, 2023.